


Cultivando o Bem Viver através da Inovação Social: a experiência do Observatório de Inovação Social da Fronteira

Cultivating Good Living through Social Innovation: the experience of the Frontier Social Innovation Observatory

Anderson Luis do Espírito Santo¹ 

Vivian da Veiga Silva² 

Douglas Josiel Voks³ 

Lenita Maria Bernardo Estra Mendes⁴ 

DOI: 10.22478/ufpb.2525-5584.2025v10n1.69731

Recebido em: 23/03/2024.
Aprovado em: 08/02/2025.

Resumo: Debater a inovação social a partir da abordagem do Bem Viver é uma proposta potente para enfrentar os desafios das sociedades latino-americanas, promovendo e valorizando a participação democrática, fortalecendo os laços comunitários e incentivando uma relação menos predatória com a natureza. Com base em uma ampla revisão da literatura e no paradigma da complexidade como estratégia para religar conhecimentos e campos científicos, este artigo teórico-empírico tem por objetivo propor uma operacionalização transdisciplinar para o Bem Viver fundamentada nas inovações sociais pragmatistas. Especificamente, apresenta o estudo do Ecosistema de Inovação Social na fronteira Brasil-Bolívia, conduzido pelo Observatório de Inovação Social da Fronteira. Os resultados contribuem para o avanço da temática ao valorizar as mobilizações comunitárias, dar visibilidade aos problemas públicos da região e analisar o papel do Estado nesse processo. Essa abordagem se configura como uma estratégia para repensar

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – E-mail: anderson84luis@gmail.com

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – E-mail: viviveigasilva@gmail.com

³ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – E-mail: douglas_voks@hotmail.com

⁴ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – E-mail: lenitamendes3@gmail.com

Agradecimentos: Este trabalho recebeu apoio financeiro da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul (Nº 31/2021 - Universal 2021)

formas de vida, políticas públicas e governança a partir da realidade latino-americana.

Palavras-chave: Bem Viver; inovação social; transdisciplinaridade; transformação social.

Abstract: Debating social innovation through the lens of the Buen Vivir approach is a powerful proposal for addressing the challenges of Latin American societies. It promotes and values democratic participation, strengthens community ties, and encourages a less predatory relationship with nature. Based on a comprehensive literature review and the complexity paradigm as a strategy to reconnect knowledge and scientific fields, this theoretical-empirical article aims to propose a transdisciplinary operationalization of Buen Vivir, grounded in pragmatist social innovations. Specifically, it presents the study of the Social Innovation Ecosystem on the Brazil-Bolivia border, conducted by the Social Innovation Observatory of the Border. The results contribute to advancing this discussion by valuing community mobilizations, giving visibility to the region's public issues, and analyzing the role of the State in this process. This approach emerges as a strategy to rethink ways of life, public policies, and governance from a Latin American perspective.

Keywords: Good Living; social innovation; transdisciplinarity; social transformation.

1. INTRODUÇÃO

As sociedades latino-americanas vivenciaram e vivenciam um amplo processo de crise econômica, política, social, cultural e ambiental. Podemos compreender esse cenário como o resultado da colonialidade do poder, que impôs a essas sociedades uma noção inalcançável de progresso, bem como uma inserção precária no sistema capitalista mundial e a adesão a políticas neoliberais.

A conscientização sobre a necessidade de ruptura drástica com o modelo hegemônico de desenvolvimento, baseado na acumulação e exploração, abre espaço para se idealizar uma mudança sistêmica radical. Tal transformação deve estar alinhada com um projeto civilizacional equilibrado, respeitando os limites planetários (Morin, Kern, 2000), sintonizado com o exercício de decolonização⁵ (Quijano, 2020) e comprometido com a busca de

⁵ Utilizaremos no texto o termo decolonização/decolonizar em referência com à ideia de decolonialidade, construída a partir do conceito de colonialidade elaborado por Aníbal Quijano.

alternativas sistêmicas (Sólon, 2019), capazes de redefinir o destino da humanidade.

Argumentaremos, nas próximas seções, que essa busca não se restringe à ação estatal, mas também é impulsionada pela sociedade civil. Especificamente, exploraremos essa dinâmica a partir das perspectivas do Bem Viver e da inovação social, compreendendo que o primeiro deve ser orientar as políticas públicas, enquanto estas podem se beneficiar das experiências emergentes de inovações sociais construídas coletivamente.

Na América Latina, a abordagem do Bem Viver, *Buen Vivir*, *Vivir Bien*⁶, enraizada na história dos povos andinos e amazônicos, vem sendo efetivada, de certa forma, à medida que cresce a consciência sobre a crise social e ecológica e aumentam as críticas ao modelo de desenvolvimento predominante (Acosta, 2016). Esse movimento possui tanto uma dimensão normativa, ao romper com o discurso neoliberal, quanto empírica, pois busca compreender os sentidos da vida no território (Dussel, 2012).

Paralelamente, a inovação social surge como uma resposta aos desafios econômicos e socioambientais, especialmente em um contexto de diminuição de recursos públicos (Domanski et al., 2015). No entanto, seu entendimento é fragmentado e pode ser analisado sob diferentes abordagens teóricas (Moulaert & Sekia, 2003; Andion, 2023). Predomina, contudo, uma interpretação schumpeteriana, que enfatiza o lucro e a ação empreendedora como solução para responder aos problemas sociais (Santo, 2023).

Uma perspectiva alternativa, desenvolvida no Brasil pelo Observatório de Inovação Social de Florianópolis (Obisf)⁷, propõe uma análise pragmatista

Dessa forma, o ato de decolonizar é um giro epistemológico a partir das construções políticas e teóricas que brotam da vivência latino-americana, admitindo o impacto das intrusões coloniais e buscando construir formas próprias de compreender e atuar sobre a realidade social.

⁶ No Brasil, utiliza-se a expressão Bem Viver; no Equador, *Buen Vivir* e na Bolívia, *Vivir Bien*. Não apresentaremos aqui o paradigma do Bem Viver em profundidade, pois isso escaparia aos nossos objetivos e, também, essa apresentação já foi amplamente feita no Brasil (Silva; Guedes, 2017; Jacques, 2020; Maia, Farias, 2020), sem contar os trabalhos em espanhol. Partimos e defendemos o pressuposto de que a ciência precisa avançar, logo, faremos apenas a apresentação de uma síntese dessa abordagem para avançar na sua discussão a partir das lacunas encontradas.

⁷ Cf. <https://observafloripa.com.br/>

das inovações sociais⁸. Essa abordagem ultrapassa a visão schumpeteriana ao investigar como as experiências de inovação social emergem e se desenvolvem no território. A metodologia prioriza a identificação da ação pública promovida coletivamente por atores socioestatais que enfrentam problemas públicos da cidade e buscam soluções compartilhadas (respostas) para os desafios socioambientais contemporâneos (Andion et al., 2020).

Apesar do crescente interesse pelo tema, grande parte dos debates sobre inovação social ainda permanece alijada das realidades sociais latino-americanas, compartimentada em campos disciplinares e, em sua maioria, centrada em uma perspectiva eurocêntrica. Nesse sentido, a proposta do Bem Viver permite ressignificar a inovação social de forma mais coerente com as experiências e vivências dos grupos historicamente precarizados e as peculiaridades dos imaginários sociais forjados pelos processos coloniais.

Revisitando a literatura sobre Bem Viver, observamos que, dos 146 estudos encontrados⁹, apenas 10% são brasileiros, enquanto 90% são de outros países sul-americanos. Desses, 12,5% descrevem iniciativas isoladas sem aprofundamento teórico, enquanto 80% analisam a elaboração das constituições boliviana e a equatoriana fundamentadas no Bem Viver, com foco na ação estatal. Nenhum dos estudos priorizou a análise das práticas e experiências das organizações da sociedade civil, aspecto essencial, pois, como destaca Solón (2019, p.48), “o papel do Estado em relação ao Bem Viver não pode ser o de organizador e planejador da sociedade”. As comunidades não são clientes, devem ser agentes de mudança”. Além disso, apenas um estudo tentou promover um diálogo entre Bem Viver e inovação social (Fontan; Klein, 2020)¹⁰, sem grandes avanços.

Diante dessas lacunas, este estudo (teórico-empírico) propõe uma operacionalização transdisciplinar do Bem Viver com base nas inovações

⁸ A Tabela 2 abaixo apresenta um resumo da abordagem pragmática de inovação social. Para mais detalhes, consulte Obisf <https://observafloripa.com.br/>

⁹ Revisão realizada de junho a julho/2023 na base Scielo. O material encontrado refere-se a artigos escritos em português, espanhol e inglês, revisados aos pares e disponíveis para a leitura.

¹⁰ Os autores analisaram as novas formas de governança e ação territorial que surgiram no Quebec/Canadá, entre as décadas de 1980-1990, ao Bem Viver. Contudo, associar este experimento ao Bem Viver é inapropriado, afinal, o Bem Viver não é o mesmo que Bem-Estar Social, como discutimos na 2ª seção deste artigo.

sociais pragmatistas. Para isso, será analisado o Ecossistema de Inovação Social (EIS) na fronteira Brasil-Bolívia, por meio do Observatório de Inovação Social da Fronteira (Obisfron)¹¹. Essa tecnologia social, inspirada na metodologia pragmatista do Obisf e no Bem Viver, tem dado visibilidade ao trabalho de organizações comunitárias, aos problemas públicos da região e ao papel do Estado nesse processo.

Para atingir esse objetivo, foi realizada uma revisão bibliográfica que embasa a discussão sobre o Bem Viver (próxima seção), a inovação social (terceira seção) e o diálogo transdisciplinar entre ambas (quarta seção). A quinta parte do trabalho apresenta os dados empíricos obtidos na experiência do Obisfron.

Cientes das possíveis interrogações sobre a junção da noção de Bem Viver (produção do Sul Global) com perspectivas teóricas elaboradas sob o imaginário social do Norte Global, remetemos ao paradigma da complexidade (Morin, 2011a; b), segundo o qual é fundamental superarmos o caráter redutivo, simplificador e disjuntivo da nossa produção de conhecimento. Portanto, a união transdisciplinar entre complexidade, Bem Viver e pragmatismo permite construir um arcabouço teórico que concilia as contribuições e virtudes do Sul e do Norte, sem desvalorizações ou cegueiras.

2. PARA ALÉM DA UTOPIA: CONTRIBUIÇÕES DO BEM VIVER

Segundo Quijano (2020), a noção de Bem Viver, sintetizada no Quadro 1, emerge entre as sociedades indígenas e autóctones da América Latina como uma estratégia para construir vivências e experiências alternativas aos padrões de progresso e desenvolvimento impostos. O foco está em alcançar recursos para garantir a vida de maneira sustentável, privilegiando a organização coletiva da comunidade e construindo ferramentas e estratégias próprias que atendam às necessidades coletivas e valorizem as múltiplas formas de saber. Assim, o Bem Viver deve ser compreendido como um tecido complexo, elaborado a partir de diversas cosmovisões de sociedades originárias,

¹¹ Cf.: <https://obisfron.com.br/>

apontando para a necessidade de construir uma nova relação com a natureza e o fortalecimento dos laços comunitários.

Figura 01: Síntese sobre decolonialidade e Bem Viver

- **Decolonialidade:** termo cunhado por Nelson Maldonado-Torres, em 2005, para definir o movimento de resistência teórica e prática, de caráter político e epistemológico, iniciado pelo Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C).

- **Grupo Modernidade/Colonialidade:** coletivo de intelectuais latino-americanos que buscam elaborar uma resposta própria aos desafios impostos pelas intrusões coloniais. Essa resposta, chamada de “giro decolonial”, propõe uma postura radicalmente crítica nos âmbitos epistemológico, cultural, social e político, oferecendo uma nova leitura da história do continente e das dinâmicas coloniais que ainda persistem.

- **Colonialidade:** conceito elaborado por Aníbal Quijano no final da década de 1980 e eixo central das reflexões decoloniais e do Grupo M/C. Refere-se às estruturas de poder, dominação e influência exercidas pelas sociedades do Norte Global sobre as Sul Global, que continuam a operar mesmo após o fim do colonialismo formal. A colonialidade se desdobra em três dimensões principais - do poder, do ser e do saber – e permite lançar luz sobre conhecimentos e cosmovisões historicamente invisibilizados pelas práticas e pelos discursos coloniais. Nesse contexto, destaca-se a noção de Bem Viver.

- **Bem Viver:** “Bien Vivir y Buen Vivir, son los términos más difundidos en el debate del nuevo movimiento de la sociedad, sobre todo de la población indigenizada en América Latina, hacia una existencia social diferente de la que nos ha impuesto la Colonialidad del Poder. Bien Vivir es la formulación más antigua en la resistencia indígena contra la Colonialidad del Poder” (QUIJANO, 2020, p.937).

O Bem Viver é uma construção política e epistêmica dos povos indígenas que habitam o território de Abya Yala (nome atribuído ao continente latino-americano antes das intrusões coloniais). Representa uma proposta de descolonização radicalmente crítica aos padrões predatórios em relação à Natureza e ao genocídio imposto aos povos indígenas. Surge como uma alternativa às políticas coloniais, capitalistas e patriarcais, defendendo a diversidade cultural, a interculturalidade, a plurinacionalidade e o pluralismo político – em oposição às práticas neoliberais, que tendem à homogeneização e à invisibilização da diversidade.

Fonte: elaborado pelos autores, a partir de Ballestrin (2013) e Quijano (2020).

Conforme Acosta (2016), o Bem Viver contempla a pluralidade das cosmovisões de diferentes povos andinos e amazônicos, encontrando expressões similares em diferentes idiomas, como *sumak kawsay* (kíchwa), *suma qamaña* (aymara) ou *nhandereko* (guarani), que podem ser traduzidas como “vida bela”, “vida boa”, “vida plena”, “vida comunitária”. Noções semelhantes são identificadas entre os mapuches do Chile, os kunas do Panamá, os shuar e os achuar da Amazônia equatoriana e nas tradições maias da Guatemala e de Chiapas, no México. O conceito também se aproxima da ética e da filosofia africana *ubuntu* (“eu sou porque nós somos”).

Para Dussel (2012), o Bem Viver é uma formulação normativa não moderna, enfatizando o verbo na medida em que operacionaliza um modo de vida em ação, uma ética material, um senso de comunidade, uma vida cósmica (física e mítica) e uma compreensão distinta da natureza e do cosmos. Tanto Solón (2019) quanto Acosta (2016) percebem o Bem Viver como uma cosmovisão que se distancia do imaginário ocidental e se apresenta como uma alternativa ao desenvolvimento, surgindo no final do século XX e início do século XXI como uma crítica à modernidade e ao neoliberalismo. Esse conceito propõe um processo de reaprendizagem de práticas e visões indígenas autogestionárias.

Solón (2019) apresenta cinco elementos centrais do Bem Viver, que permitem compreender sua aplicabilidade:

- Visão do todo ou da Pacha: conceito andino que pode ser traduzido como a unidade indissolúvel e complexa que forma a realidade social;
- Convivência na multipolaridade: reconhecimento da diversidade e fortalecimento dos laços comunitários para superar as desigualdades;
- Busca do equilíbrio: equilíbrio dinâmico e constante entre os diferentes elementos que compõem o todo;
- Complementaridade da diversidade: a diferença das partes (pluriculturalidade) garante a existência do todo;
- Descolonização: resgate de raízes, identidades e memórias para superar os modelos impostos por potências econômicas.

Além desses elementos, Solón (2019) aponta estratégias para praticar o Bem Viver, como: superar o estatismo (o Estado deve contribuir para o empoderamento das comunidades sem práticas clientelistas); potencializar o local e o comunitário; construir uma visão integrada à Natureza; garantir a plena diversidade cultural; superar práticas patriarcais; promover democracia real (com efetiva participação política); e fomentar a complementaridade internacional (sem submissões entre nações).

O primeiro grande debate sobre o Bem Viver refere-se à necessidade de superação do modelo desenvolvimentista e a ideologia da modernidade. Dussel (2012), Acosta (2016) e Solón (2019) convergem ao apontar que o Bem Viver se coloca como alternativa ao desenvolvimento capitalista, ao progresso desenfreado e à competição entre nações, elementos característicos do imaginário eurocêntrico e moderno. Assim, o Bem Viver transcende a modernidade ao buscar uma visão harmônica do todo, promovendo uma transformação civilizatória que ressignifica a economia (atendendo demandas materiais sem esgotamento ambiental) e combate múltiplas desigualdades (valorizando a pluriculturalidade e o princípio da complementaridade).

Esses elementos representam uma negação da modernidade, que impõe um modelo capitalista brutal e eurocentrado. No entanto, não se trata de rejeitar as potencialidades da tecnologia e do saber moderno nem de retornar a um passado mítico e idílico, mas sim de “(re)construir um caminho que desarme a meta universal do progresso em sua versão produtivista e do desenvolvimento enquanto direção única, sobretudo em sua visão mecanicista do crescimento econômico e seus múltiplos sinônimos” (Acosta, 2016, p.69).

O segundo aspecto é a institucionalização do Bem Viver em constituições nacionais, trazendo à tona o debate sobre plurinacionalidade (reconhecimento das múltiplas nações que compõem um Estado) e a inserção de temas ambientais e pluriculturais no ordenamento jurídico. Dussel (2012) e Acosta (2016) alertam que as experiências constitucionais do Bem Viver (Bolívia/2006; Equador/2007) não efetivaram essa proposta. Pelo contrário, houve uma expansão de práticas extrativistas e desenvolvimentistas, agravando a devastação ambiental e as desigualdades, enquanto coletividades indígenas e periféricas foram desmanteladas por meio de práticas clientelistas que as atrelavam ao Estado.

Assim, o Bem Viver não se restringe a constituições ou ao Estado, mas deve ser operacionalizado pelas comunidades para alcançar efetividade e evitar ser reduzido a propaganda partidária e propriedade de grupos políticos. O papel do Estado deve ser o de garantir a ampliação das liberdades, fomentar o debate público e assegurar a participação social nas decisões políticas.

O terceiro ponto crucial é a relação intrínseca entre Bem Viver e decolonialidade, perspectiva paradigmática latino-americana formulada pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (2020). A colonialidade do poder, nascida do colonialismo, transcende seu período histórico e molda as sociedades colonizadas. A decolonialidade permite olhar criticamente para termos colonizadores “bem-intencionados”, como bem-estar social (associado ao consumo e à acumulação, intensificando a subalternidade), resiliência (suportar passivamente as adversidades impostas por um sistema desigual) e colonialismo interno (exercido por elites locais, como demonstrado nas experiências constitucionais da Bolívia e do Equador). Assim, propõe-se um processo de decolonização que supere a colonialidade do poder, do ser e do saber.

Dessa forma, a proposta de Bem Viver transcende as sociedades que originaram sua concepção, permitindo repensá-la em diferentes realidades sociais sem perder a sua essência. Não se trata de um modelo rígido, mas de uma proposta ética e democrática para a reorganização social, remetendo à noção de tradução intercultural. Consiste em um conjunto de ferramentas, estratégias e práticas construídas pelas coletividades periféricas e marginalizadas em prol da subsistência e de uma vida mais plena. O Bem Viver não é uma utopia nem um modelo a ser replicado, tampouco um instrumento exclusivo do Estado. Ele emerge das experiências e vivências coletivas, o que torna o diálogo com a inovação social especialmente oportuno.

3. A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DA INOVAÇÃO SOCIAL

A inovação social é um termo recorrente, apontado como resultado de uma ação coletiva socialmente construída por meio de um processo horizontal, democrático, inclusivo, participativo e colaborativo. Esse processo busca desenvolver práticas que atendam as necessidades socioambientais ainda não plenamente supridas (Howaldt et al., (2019). Em vez de fornecer uma definição única e padronizada, tratamos a inovação social como um campo dinâmico e fluido, reconhecendo sua importância no enfrentamento de problemas complexos.

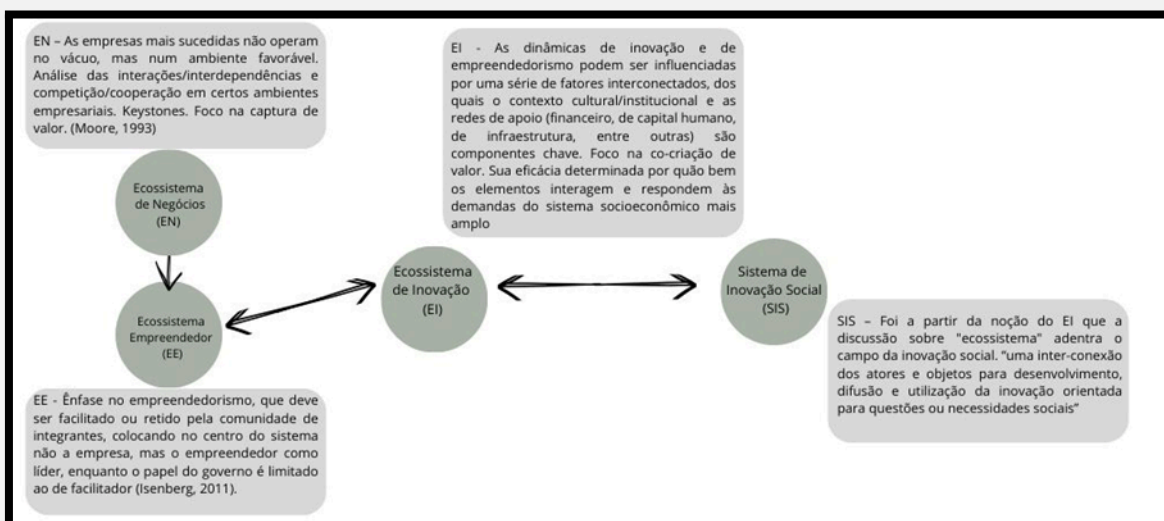
Howaldt et al., (2014; 2019), destacam que a inovação social emerge da mobilização de diferentes atores socioestatais, gerando conhecimento e novas práticas, além da execução e planejamento de ideias para solucionar desafios públicos. Para Cajaiba-Santana (2014), seu principal objetivo é promover mudanças sociais. Já Andion (2023) defende que o papel da sociedade civil na promoção da inovação social e nas políticas públicas é essencial para lidar localmente com problemas globais, reforçando a importância de recuperar as trajetórias dos atores, dos problemas públicos e a noção de ecossistemas urbanos.

Esses estudos evidenciam o crescente interesse por esse campo, abrangendo governos, sociedade civil e empresas, demonstrando sua relevância tanto na pesquisa acadêmica quanto na vida pública. Além disso, exploram diferentes métodos para compreender a reconfiguração das relações entre atores socioestatais e a conexão entre inovação social e transformação social.

A inovação social resulta dessas colaborações, que devem estar alinhadas aos contextos socioculturais locais (inscrição territorial). Essa perspectiva justifica a abordagem dos EIS, que evidenciam como a inovação social resulta da interconexão de atores e objetos orientados para atender necessidades socioambientais (Fulgêncio e Le Fever, 2016). Segundo Andion et al. (2020), essa interconexão ocorre por meio de experiências, dinâmicas locais e articulações entre diversos atores diante de problemas públicos urbanos.

Levésque (2016) explica que o termo “ecossistema” surgiu em 1935 no trabalho do biólogo George Tansley, referindo-se às interações entre os organismos e seu meio ambiente, demandando interação e interdependência para que o sistema funcione de forma equilibrada. Posteriormente, o conceito foi adaptado nas escolas de gestão e, ao longo do tempo, se desdobrou em várias vertentes (Figura 2).

Figura 02: Dos Ecossistemas ao Ecossistema de Inovação Social



Fonte: elaborado pelos autores, a partir de Lévesque (2016).

Em comum, as abordagens apresentadas na Figura 2 se ancoram na tradição schumpeterina (ênfase no lucro) e foram idealizadas para serem aplicadas ao ambiente empresarial. Importante destacar que os EIS se diferem dos EN e dos EE, pois, enquanto esses enfatizam apenas o sistema de inovação integrado, através de redes de apoio (financeiro, infraestrutura e pessoas) para propiciar o empreendedorismo, o acesso ao mercado, ao capital humano e às finanças, os EIS avançam nessa visão e passam a inserir a sociedade nesse processo.

Em seguida, Lévesque (2016) aponta que a noção do EI foi implantada no campo social (SIS), onde o foco no empreendedorismo é defendido como principal ferramenta para responder às necessidades sociais. Andion et al. (2020), em diálogo com Lévesque, argumentam que essa compreensão é muito limitada para entender os EIS, pois ignora aspectos como trajetória (razões de seu surgimento), composição, atuação da sociedade civil, papel ativo do governo (através de políticas públicas) e impactos das inovações sociais no território. Isso demanda reconfigurar esse entendimento para compreender como a inovação social ocorre (ou não) e sua capacidade de transformação.

Os EIS são formados por múltiplos atores, gerando relações de poder, jogos de interesse e ações coletivas que impactam os processos almejados

(Terstriep et al., 2020; Santo, 2024). Howaldt et al. (2019), enfatizam que mapear as interações entre iniciativas de inovação social e seus apoiadores fortalece os EIS, reconhecendo a multiplicidade de redes envolvidas na governança pública e na inovação social em nível local.

O estudo do EIS revela como as interações e interconexões contínuas entre partes interessadas e o meio ambiente promovem transformações sociais. No entanto, a simples existência de um EIS não garante a resolução dos problemas enfrentados, pois demanda mobilização dos atores, engajamento e assegurar a continuidade das ações ao longo do tempo (Santo, 2023). Além disso, os EIS têm se concentrado cada vez mais nas necessidades socioambientais diárias, contribuindo para promover mudanças sistêmicas na sociedade.

Estudando os EIS na Europa, a European Commission (2014) concluiu que há uma ampla interação entre redes de atores, fundos e organizações intermediárias para atender diferentes necessidades socioambientais. Portanto, reconhecer os alcances e limites do EIS é essencial para criar condições favoráveis para que as inovações floresçam, impulsionando o seu desenvolvimento e ampliando a sua oferta.

Diante disso, os EIS são tratados nessa pesquisa como uma “constelação de redes” (Pel et al., 2018), onde os fatores humanos (atores sociais e organizações) interagem com fatores políticos e sociais (setores da sociedade e legislações). Essa rede conecta diversas organizações, sociedades e indivíduos na busca por um desenvolvimento conjunto, onde a inovação social se torna motor para a sustentabilidade. Trata-se, portanto, de um dispositivo técnico que permite mapear uma rede de atores, identificando suas interações e seu campo de atuação (meio ambiente, infância, saúde, educação e outros). Para isso, essa pesquisa segue com a abordagem pragmatista de inovação social, proposta por Andion et al., (2017), sintetizada na Figura 3.

Figura 03: Síntese da inovação social pragmatista

- **A inovação social se inscreve em trajetórias longas de configuração:** a pesquisa deve religar a análise microsociológica do enfrentamento dos problemas públicos à dimensão macroestrutural, transitando entre o macro ao micro (e vice-versa). Isso é essencial para compreender os desdobramentos da ação ao longo do tempo, desde o período anterior a uma determinada situação (ex. criação da Lei de Cotas) até os efeitos práticos dessa ação, como as consequências para o público-alvo após sua implementação.
- **A inovação social se inscreve em campos de experiência:** os efeitos em nível global ou macro reverberam no contexto local ou micro, tornando fundamental a compreensão das vivências dos atores envolvidos, suas experiências, práticas, consequências e limitações. Nesse sentido, o trabalho etnográfico se mostra frutífero, pois possibilita a imersão na realidade dos pesquisados e um aprofundamento na compreensão das dinâmicas sociais.
- **Religar os processos de IS e de mudança social para compreender suas consequências:** é necessário identificar um problema público e analisar como ele é enfrentado ou perpetuado, considerando as controvérsias, os modos de engajamento, as crises e as justificações. Esse olhar permitirá compreender como ocorrem os processos mais amplos de transformação social.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Andion et al., 2017; 2020.

Na abordagem pragmatista, a inovação social é um vetor de ampliação da “capacidade dos grupos e da própria sociedade de se reinventar, ou seja, de criar suas próprias regras e convenções e também novas práticas sociais, tornando-se mais criativos e mais autônomos politicamente” (Andion et al., 2017, p. 379). Ela surge como estratégia para resolver problemas públicos, na concepção de Dewey (1927), que os entende como construções coletivas oriundas da participação na vida pública. Segundo Cefaï (2007), a percepção coletiva de desordem leva a um campo de experiência também coletiva, em que se constroem redes e articulações com a finalidade de se formular o problema público e de construir estratégias para sua solução, daí a importância de adentrar arenas públicas.

Arenas públicas, conceito desenvolvido por Daniel Cefaï (2007), permitem reconectar o estudo de microproblemas sociais à análise das ações coletivas da sociedade civil. Uma arena não é um espaço físico, mas um ambiente que reúne um público formado perante um problema que será intensamente publicizado. O “problema público aumenta sua força quando crescem o grau de mobilização dos múltiplos atores e o grau de ressonância nos numerosos auditórios, quando as diferentes cenas se interpelam e se

respondem, se emprestam temas, recursos e informações” (Cefaï, 2017, p. 186).

É nessa interação entre o problema e o seu público que se configura a arena pública. Contudo, mesmo os atores que vivenciam o problema podem divergir sobre sua solução, gerando conflitos e disputas por influência. Assim, os porta-vozes, os representantes de determinada pauta, emergem e ganham destaque na arena, emitindo declarações, incendiando conflitos e controvérsias, buscando acordos, promovendo julgamentos e discussões.

Sob essa lente teórica, o estudo dos EIS visa identificar problemas públicos, articulações sociais que buscam resolvê-los em diferentes arenas públicas e suas contribuições para melhorar a vida nos territórios. Assim, fica evidente a problematização e a publicização de um determinado distúrbio, bem como a busca por soluções. Isso justifica o diálogo aqui proposto entre inovação social e Bem Viver, na busca por uma harmonia entre sociedade e natureza, tema discutido na próxima seção.

4. PROMOVENDO UM DIÁLOGO ENTRE BEM VIVER E A INOVAÇÃO SOCIAL

Para promover esse diálogo, precisamos, ao mínimo, assumir três reducionismos: 1) a primazia dos debates sobre inovação social pautados em modelos eurocentrados e empresariais, sem incluir as ações da sociedade civil; 2) a discussão unívoca do Bem Viver focada no papel do Estado, o que resultou em seu fracasso; 3) o reconhecimento de que os debates sobre inovação social e Bem Viver ainda são escassos, resultando em categorias, conceitos e discussões unilaterais e desconectadas. Assim, adotamos o paradigma da complexidade como estratégia para superar disjunções, reduções e unidimensionalidade.

Morin (2011a; b) elabora a teoria da complexidade a partir de elementos de determinados campos científicos (teoria de sistemas, cibernética e teoria dos sistemas), formulando três princípios fundamentais: o princípio dialógico (associação simultânea de termos complementares e antagônicos); o princípio da recursão organizacional (quebra da linearidade, onde o que é produzido

retroage sobre o que se produz, gerando ciclos de autoconstituição, auto-organização e autoprodução); e o princípio hologramático (o todo está nas partes e as partes estão no todo, intrinsecamente ligadas).

Com essa mudança paradigmática, Morin busca constituir um conhecimento multidimensional, capaz de acessar interações e retroações entre as partes e o todo (e o todo entre as partes), reconstituindo a relação sujeito-objeto e reconhecendo sua interdependência. Esse processo, denominado por Morin de autoeco-organização, compreende que o sujeito está no mundo e o mundo está no sujeito, em uma relação recíproca de constitucionalidade. Assim, torna-se possível superar os condicionantes mencionados, adotando uma postura transdisciplinar essencial para articular o Bem Viver e as inovações sociais.

A especificidade da noção de Bem Viver permite pensá-la de maneira complexa. Em diálogo com Solón (2019), devemos compreendê-la como uma categoria aberta, cuja renovação e construção se dá pela retroalimentação com a realidade social e com múltiplas comunidades, impossibilitando sua redução a um modelo fechado. Para Solón, o Bem Viver não tem normas fixas, e qualquer tentativa de defini-lo o asfixia. Podemos, no entanto, nos aproximar-nos de sua essência, compreendendo sua cosmovisão sobre as relações entre seres humanos e a natureza, como discutido na seção 2 deste artigo.

A partir dessa perspectiva e em diálogo com a complexidade, podemos aplicar essa concepção à compreensão pragmatista dos problemas públicos, proposta por Dewey (1927), por se tratar de um circuito aberto, existindo apenas quando uma desordem é percebida coletivamente e enfrentada de forma conjunta. Assim, os problemas públicos emergem de uma relação dialógica entre ambiente e atores, em constante retroalimentação (autoeco-organização). O princípio recursivo também se aplica aqui: os problemas públicos só se constituem mediante ação ativa dos atores, que os percebem, validam e renovam continuamente. Já o princípio hologramático se reflete na participação ativa dos atores na vida política.

Como apontado por Gonsalves e Andion (2019), essa abordagem remete à visão de Dewey sobre a participação dos indivíduos na política, antecipando uma discussão contemporânea na administração sobre a reconfiguração do Estado. Hoje, as políticas públicas não são mais exclusivamente elaboradas, implantadas e avaliadas pelo Estado, mas também por ações coletivas de diversos atores (Santo, Voks, 2021a; b).

No âmbito da formulação e da implementação de políticas públicas, o comprometimento governamental é essencial (Lascoumes, Le Gales, 2012). Assim, o fortalecimento da democracia e de seus pilares (liberdade, garantia de direitos e participação) torna-se fundamental para valorizar as experiências e práticas voluntárias dos atores. Isso permite compreender quando um problema público se torna um problema político, momento em que as demandas da sociedade civil ganham atenção do Estado, seja por pressão ou empatia.

A identificação das práticas da sociedade civil é importante, pois, segundo Morin e Kern (2000, p.85), “quanto mais os problemas de civilização se tornam políticos, tanto menos os políticos são capazes de integrá-los em sua linguagem e em seus programas”. Por isso, é essencial recuperar/identificar as iniciativas da sociedade civil, e não apenas se reter aos projetos políticos (perceber o Bem Viver apenas e a partir do Estado). O reconhecimento do caráter sistêmico dos problemas socioambientais e das respostas geradas pelas lutas vividas pelos atores no território são fundamentais para alcançar a sustentabilidade local e global.

No entanto, quando falamos em caráter sistêmico, estamos dialogando com Sólon (2019) e enfatizando que precisamos assumir a expansão desenfreada do capitalismo e o neoliberalismo parasitário, que insiste em ser presente. Isso é a raiz da atual crise socioecológica e impacta não só o futuro das sociedades latino-americanas, mas de toda a humanidade. Então, ao priorizar a compreensão das inovações sociais como motores para a promoção do Bem Viver coletivo, buscamos valorizar as práticas da sociedade civil como chave para o sucesso e a sustentabilidade ao longo do tempo. Trata-se de uma ação transformadora capaz de ensinar governos centrais e locais a enfrentar os

problemas reais, em vez de perpetuar a eterna busca pela resiliência, como defendem muitas produções eurocêntricas e até nacionais.

Segundo Taboada et al. (2006), o conceito de resiliência surgiu na física e na engenharia, a partir dos estudos de Thomas Young, em 1807, sendo definido como a capacidade de um material receber uma energia de deformação sem sofrer consequências permanentes. Já nas humanidades e nas ciências sociais, a resiliência passou a significar a capacidade humana de superar adversidades. Na Psicologia, é analisada como processo de adaptação versus superação, sendo fundamental compreender como os indivíduos lidam com os fatores adquiridos e características permanentes decorrente dessas adversidades.

É justamente essa compreensão – ou seja, o fato de indivíduos precisarem se desdobrar para conviver com os desafios impostos – que coloca em xeque estudos¹² que defendem a compreensão da resiliência como frutos de inovações sociais originadas nos territórios, especialmente na América Latina. Em geral, tais pesquisas defendem a resiliência urbana por meio de serviços ecossistêmicos e inovação social para a construção de cidades mais sustentáveis. Contudo, não focalizam a responsabilidade eurocêntrica nessa crise; reforçam a ideia de que a resiliência garantirá a manutenção da vida nos centros urbanos europeus, onde o estado de bem-estar, embora em crise, já existiu ou ainda existe, desconsiderando outras realidades sociais.

Diante disso, surge uma reflexão: será que a busca incansável pela resiliência neste século XXI, por meio de inovações sociais, não representa uma reconfiguração da busca pela modernidade iniciada no século XV¹³? Será que essa busca não transferirá a responsabilidade de traçar estratégias e inovar para a sociedade civil, forçando-a a conviver com as consequências socioambientais impostas? Tanto a modernidade quanto a resiliência são frutos da colonialidade do poder! Ambos representam estilos de vida que, em seu

¹² Como os de Mcphearson et al., 2016; Silva, Franzato, 2018, para citar alguns.

¹³ Para Dussel (1993), a modernidade é construída a partir das intrusões coloniais, como uma construção teórica para justificar a colonização e a violência contra os povos colonizados, além de colocar a Europa como centro civilizatório. Portanto, para os decoloniais a modernidade começa com as intrusões coloniais no século XV. Já nas discussões correntes, começa no século XVIII, decorrente da Revolução Francesa, Industrial e do Iluminismo. Seguimos com a visão de Dussel.

tempo, as sociedades foram/são incentivadas a adotar. Essa reflexão é necessária, afinal, como apontado por Quijano (2020), a ideia de modernidade e crescimento evolutivo, típica da noção de progresso, teve um custo altíssimo para a história da América Latina.

A busca pela resiliência se torna mais problemática porque nós, as sociedades latino-americanas, ainda não conseguimos resolver o básico dos direitos humanos (educação para todas e todos, fome zero, efetiva reforma agrária, entre outros). Isso demonstra que não podemos nos contentar em buscar estratégias resilientes para nos adaptarmos a determinados problemas. Em muitas situações, o que precisamos é de transformação.

Um exemplo claro é a questão da seca e do acesso à água, que exige transformação, não adaptação. Em tempos de crise hídrica, o governo e a mídia frequentemente cobram da sociedade medidas para economizar água dia a dia. Na verdade, todos devemos fazer a nossa parte. Contudo, o cerne do problema no Brasil é a política neoliberal no meio rural focada no agrobusiness, que explora o meio ambiente, contamina os recursos hídricos e provoca mudanças antropogênicas que intensificam as estiagens e secas (Santo, 2023). Mesmo diante desse cenário, a responsabilidade recai sobre a sociedade, que precisa desenvolver práticas “resilientes” para lidarem com a escassez de água, quando, na verdade, deveríamos enfrentar o problema de forma sistêmica, ou seja, “aprofundarmos nossa compreensão sobre toda superexploração, desigualdade, esgotamento dos limites da natureza e as consequências do processo de colonialidade do poder” (Sólon, 2019, p. 13), a fim de identificar inovações sociais já empreendidas nos territórios, especialmente aquelas com potencial de ampliação

Tais iniciativas devem ser priorizadas pelo governo, legitimadas por meio de políticas públicas e até mesmo geridas de forma compartilhada (governança). Assim, a Figura 4 propõe uma possível operacionalização do Bem Viver a partir das inovações sociais no território.

Figura 04: Síntese da operacionalização do Bem Viver a partir da inovação social

Romper o caráter redutivo, simplificador e disjuntivo da nossa produção de conhecimento: a complexidade da realidade social exige um olhar transdisciplinar para romper os isolamentos que limitam a efetividade das construções políticas, sociais, culturais e ambientais.

- **Superar o estatismo:** priorizar a despatriarcalização, a democracia real, a complementaridade internacional e a plena diversidade cultural das sociedades latino-americanas.
- **Cobrar a participação do Estado:** ainda que as respostas surjam da sociedade civil, é fundamental exigir a participação do Estado, no mínimo: financiamento das ações; visibilização das lutas; garantia de participação política; e transformação das práticas bem-sucedidas da sociedade civil em políticas públicas efetivas, assegurando direitos sociais e humanos e desenvolvimento econômico justo e sustentável.
- **Priorizar as criações e as inovações comunitárias:** superar o estatismo exige resgatar a história e descolonizar o nosso território. Esse processo fortalece a memória coletiva, sistematiza a trajetória dos grupos e evidencia discursos, práticas e representações sociais.
- **Traduzir a proposta andina do Bem Viver para o contexto urbano de toda América Latina:** reconhecer a ação coletiva dos atores no território, como realizado pela equipe do OBISF, entendendo como se articulam e enfrentam problemas públicos. No entanto, essa análise não deve se basear na resiliência, mas na luta por transformação (ou entaves) de uma determinada causa, evitando transposições e modelos miméticos eurocêntricos.
- **Rastrear e religar a perspectiva da rede (ecossistema) de inovações sociais:** um ecossistema eficaz depende da capacidade de conexão e interação entre as pessoas, criando soluções para as lacunas deixadas pelos projetos desenvolvimentistas. A construção coletiva de ferramentas e estratégias fortalece a subsistência e a busca por uma vida mais plena, garantindo assim um Bem Viver coletivo.
- **Mapear a rede de atores:** evidenciar a pluralidade de atores e não só o papel do Estado (ONGs, coletivos, universidades, empreendedores sociais, empresas, setor público e outros), destacando desafios e impactos, muitos deles, ainda permanecem invisibilizados pelo Estado, reforçando a importância da governança.
- **Não definir Bem Viver e inovação social a priori:** compreender, por meio de trabalho de campo (etnográfico, história oral, observação participante, etc.), como os próprios atores definem uma vida plena e como as inovações sociais emergem de suas práticas, identificando facilitadores e obstáculos desse processo.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Diante do exposto, é possível afirmar que, para a efetivação do Bem Viver, é necessária uma transformação social do todo, pois não existirá um Bem Viver localizado, restrito a determinados grupos. Essa transformação ocorre por meio da ação dos atores que, continuamente, (re)criam inovações sociais no território – espaços que comportam múltiplas convivências, impulsionadas por diferentes motivações, conflitos, momentos históricos e interesses diversos. Esses territórios são, portanto, ambientes férteis para a

construção coletiva do Bem Viver (busca por uma vida sustentável) e da inovação social (exercício eficaz da democracia).

Esse processo exige identificação, acompanhamento e observações – ações que vêm sendo realizadas pelo Obisfron.

5. APLICAÇÃO DO ENFOQUE ANALÍTICO PROPOSTO ENTRE BEM VIVER E INOVAÇÃO SOCIAL: O CASO DO OBISFRON

Visando aplicar as conclusões teórico-metodológicas previamente discutidas, a pesquisa em curso centra-se no Obisfron, uma tecnologia social que estuda e apresenta o EIS dos municípios de Corumbá e Ladário (Mato Grosso do Sul, Brasil) e Puerto Quijarro e Puerto Suárez (Santa Cruz, Bolívia). A escolha desses quatro municípios fronteiriços deve-se à territorialidade da região, marcada por intenso fluxo populacional, comercial e cultural, além do compartilhamento de diversas situações problemáticas, como fome, pobreza, crises ambientais e sanitárias. Logo nas primeiras Iniciativas de Inovação Social (ISS) identificadas, ficou evidente que seu público-alvo não se distingue por nacionalidade, tornando inviável a exclusão de qualquer município.

O EIS na fronteira Brasil-Bolívia busca compreender a emergência de problemas públicos, identificar práticas de respeito e evidenciar a busca por harmonia, equilíbrio e afeto entre diversas formas de vida interconectadas. Assim, a metodologia do Obisfron foi desenvolvida em quatro fases: as três primeiras fases baseiam-se no Observatório de Inovação Social de Florianópolis, e a quarta consiste na análise dos dados obtidos a partir da síntese entre Bem Viver e inovação social (Figura 4). A seguir, são apresentados os resultados de cada fase.

5.1 Identificação dos principais problemas públicos

A primeira etapa da metodologia do Obisf consiste na identificação dos problemas públicos do território, ou seja, as principais situações problemáticas que afetam um coletivo de atores e as estratégias adotadas para enfrentá-las ou torná-las visíveis. Isso ocorre por meio do reconhecimento das práticas de diversos atores (público, privado e da sociedade civil) ligados à problemática.

À medida que as organizações foram identificadas, foi realizada uma análise de suas práticas à luz dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pelas Organizações das Nações Unidas (2023), como desafios globais para o desenvolvimento. O resultado desse processo revelou os oito principais problemas públicos na fronteira Brasil-Bolívia (Figura 5). Em seguida, foram levantados e analisados dados secundários para endossar a problemática, assim como, imagens cedidas pelas ISS para contextualizar e dimensionar o problema público em questão¹⁴.

Figura 05: Problemas Públicos na fronteira Brasil-Bolívia



Fonte: Obisfron (2023).

Um exemplo é a Central Única das Favelas em Corumbá (Cufa-Corumbá). Muitos questionaram sua existência, pois a cidade não tem favelas no modelo amplamente conhecido, como as do Rio de Janeiro. No entanto, existem oito favelas em terrenos planos de Corumbá, onde o acesso a direitos e serviços públicos é precário ou inexistente. Assim, um dos principais resultados dessa fase foi dar visibilidade aos problemas públicos, nesse caso,

¹⁴ Para reconhecer essa discussão em profundidade cf. <https://obisfron.com.br/problemas-publicos/>

“vulnerabilidade social, racial e igualdade de gênero” e “erradicação da pobreza”, e as ISS que promovem ações no território. A Cufa, por exemplo, desenvolve ações como distribuição de cestas básicas e gás de cozinha, palestras sobre saúde e violência doméstica, atividades recreativas e outras ações que permitem visibilizar a problemática, afinal, como nos ensina Cefaï (2017), tirar o problema da sombra, publicizá-lo, ampliar o repertório e fazer com que ele seja reconhecido é buscar o comprometimento dos poderes públicos e contribuir com o enfrentamento das fissuras sociais do território.

5.2 Rastrear e religar a rede (ecossistema) de articulação de problemas públicos

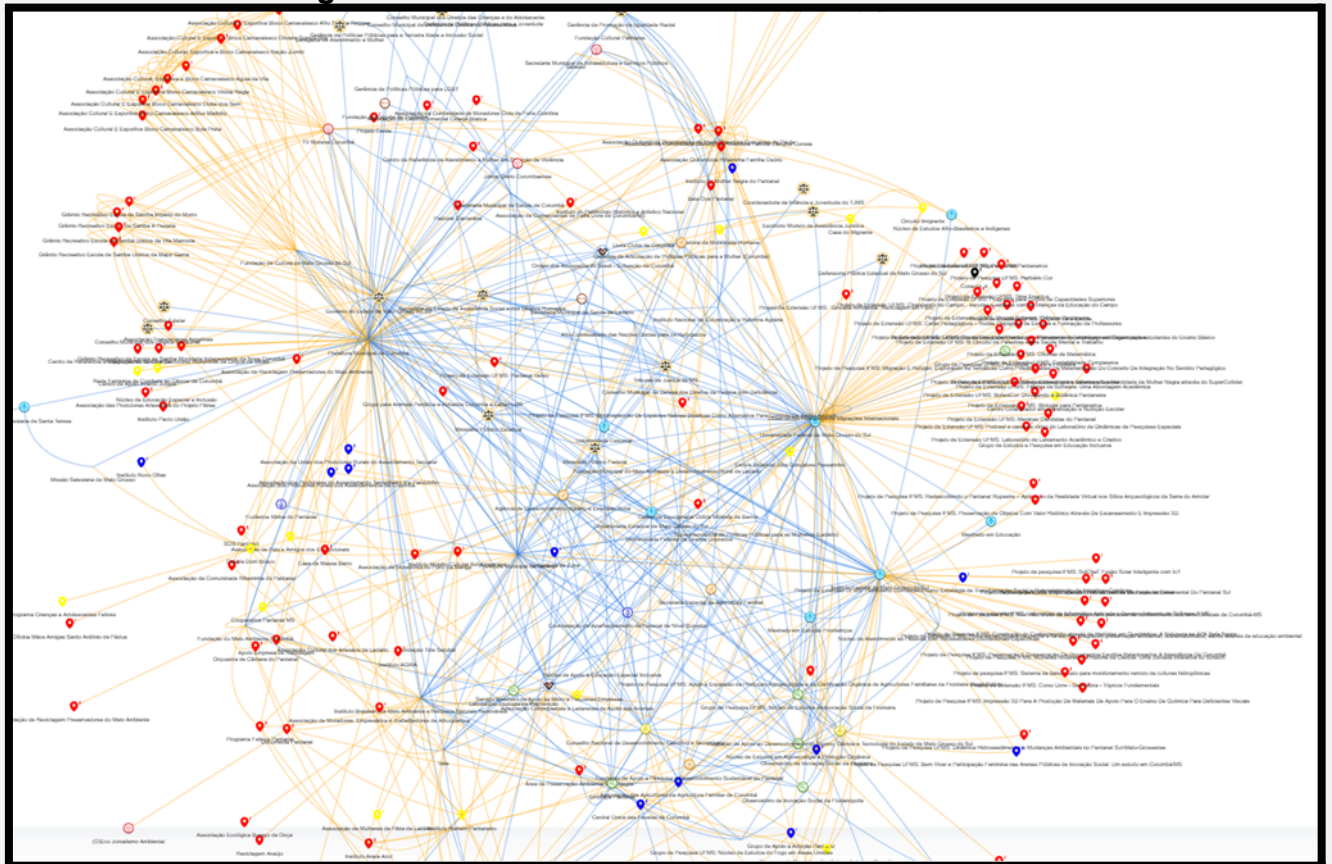
Quando falamos em cultivar um Bem Viver a partir das inovações sociais, nos referimos ao fato de que, se analisarmos a sociedade global atual, constataremos o quão distante estamos de um Bem Viver pleno, inclusivo e sustentável para todos. No entanto, é essencial valorizar e examinar de perto as ações dos atores em nível micro, pois é nesse âmbito que identificamos formas locais de governança, redes de poder, interações sociais próximas e distantes e o aparato estatal. As ações locais refletem questões sociais, econômicas, culturais e ambientais globais. O objetivo desta segunda fase é rastrear e religar as interações entre os atores para compreender a complexidade do problema público.

Após a identificação dos principais problemas públicos (fase 1), torna-se evidente quem são as ISS atuantes no território (Figura 6). Consideram-se ISS todas as organizações plurais de indivíduos, grupos, associações, cooperativas, movimentos sociais, projetos de pesquisa e extensão, políticos, empresas e outras iniciativas que compartilham uma identidade coletiva e promovem ações no território. Exemplos incluem a ISS Ecologia em Ação, que desenvolve projetos e políticas públicas para a conservação ambiental do Pantanal e da Bacia do Rio da Prata (problema público: Degradação Ambiental), e o Instituto Moinho Cultural Sul-Americano, cujo objetivo é reduzir a vulnerabilidade de crianças e adolescentes na fronteira, promovendo acesso

Santo et al. *Cultivando o Bem Viver através da Inovação Social: a experiência do Observatório de Inovação Social da Fronteira*

a bens culturais e conhecimento tecnológico (problemas públicos: Educação e Cultura; Vulnerabilidade Social, Racial e Igualdade de Gênero).

Figura 06: Parte do EIS da fronteira Brasil-Bolívia



Fonte: Obisfron (2023).

Além das ISS, também se destacam as Iniciativas de Suporte (IS), ou seja, organizações públicas e privadas que apoiam e/ou financiam a ISS. Um exemplo é a Vetorial Mineração, indústria do setor minério-siderúrgico em Corumbá que apoia, dentre outros, a ISS Primatas do Urucum, dedicada ao monitoramento e à preservação dos primatas do morro do Urucum (problema público: Degradação Ambiental).

As interações apresentadas na Figura 6 foram obtidas por meio de entrevistas com as ISS e IS, conduzidas pela equipe do Obisfron, ou a partir de dados secundários. As linhas azuis indicam interações relatadas pelas IS, enquanto as amarelas representam as interações mencionadas pelas ISS. Até dezembro/2024, o Obisfron cadastrou 200 ISS, das quais 120 já foram

observadas, ou seja, receberam a visita da equipe do Obisfron e tiveram seus dados validados na entrevista. Outras 80 estão mapeadas, indicando que a equipe já tem informações suficientes que possibilitou a sua inclusão na plataforma, mas ainda serão entrevistadas. Quanto às IS, foram identificadas 97 organizações, principalmente do setor público.

A principal causa identificada entre as 200 ISS é o atendimento as mulheres, foco de 25 organizações que buscam combater a vulnerabilidade social, racial e igualdade de gênero por meio de estratégias de geração de trabalho e renda. Essas iniciativas visam garantir a subsistência e autonomia financeira das mulheres fronteiriças, permitindo que rompam com ciclos de violência.

Outras causas relevantes incluem: Conservação e preservação do Pantanal e do Cerrado (10 ISS); Cultura e arte (24 ISS, com destaque para as escolas de samba e os grupos de festejos do São João); Direitos dos imigrantes e refugiados (6 ISS); Agroecologia, produção orgânica e reforma agrária (10 ISS). Além dessas, destacam-se iniciativas voltadas aos direitos de crianças e adolescentes, idosos, pessoas com necessidades educacionais específicas, população em situação de rua e igualdade racial.

Com a identificação das ISS e IS, é possível religar suas conexões. No site, os usuários podem clicar e arrastar para visualizar as interações. “Esse mapeamento contribui para o fortalecimento democrático, tornando visível a luta de várias comunidades que, muitas vezes, não recebem apoio adequado do Estado” (Obisfron, 2023).

É nas singularidades locais que percebemos elementos de uma verdade universal e o surgimento da vida social. Nesse caso, é fundamental compreender a participação dos atores e como eles coproduzem produtos, bens e serviços públicos. É assim que poderemos validar que a proposta de Bem Viver escape do estatismo, afinal, os atores da ação pública são cada vez mais numerosos. O desafio é enorme, porém, temos que validar as sementes cultivadas (reconhecer e potencializar o comunitário). Se olharmos unicamente para o Estado, a resposta é que não temos um Bem Viver, nem nunca teremos.

Santo et al. *Cultivando o Bem Viver através da Inovação Social: a experiência do Observatório de Inovação Social da Fronteira*

A próxima etapa envolve a imersão nas arenas públicas para ampliar essa compreensão.

5.3 *Adentrar as arenas públicas para priorizar as ações e inovações construídas pelas comunidades*

Esta etapa exige a realização de trabalho de campo para uma compreensão aprofundada da realidade, do ambiente e das comunidades estudadas. Afinal, a inovação social não se trata apenas de resolver problemas sociais, mas de transformar práticas sociais ao introduzir novas formas de pensar e agir (Cajaiba-Santana, 2014).

Até março/2024, o Obisfron conduz pesquisas em quatro arenas públicas: das Mulheres (Figura 7), da Merenda Escolar, da Recepção e Acolhimento aos Imigrantes e Refugiados e da Igualdade Racial (Educação Antirracista e Direitos das Comunidades Quilombolas)¹⁵.

Figura 07: Arena Pública das Mulheres



Fonte: Obisfron (2023).

A identificação das arenas ocorre a partir das linhas de pesquisas dos(as) pesquisadores(as). Esta etapa é o momento mais profundo da

¹⁵ Cf. <https://obisfron.com.br/arenas-publicas/>

investigação, demandando visitas constantes às comunidades para compreender o desenrolar das ações em torno de um problema público.

Essa incursão permite identificar as cenas públicas (Cefaï, 2007), ou seja, a configuração dos atores envolvidos, as causas enfrentadas, os desdobramentos das ações ao longo do tempo, as disputas de poder, os conflitos e as representações (quem fala e age em nome de quem), além das temáticas discutidas, denunciadas, reivindicadas e invisibilizadas. Também é possível avaliar o papel do poder público (federal, estadual e municipal) por meio das ações em curso, leis e políticas voltadas ao problema estudado.

A riqueza de detalhes recuperados e sistematizados nas arenas públicas¹⁶ evidencia o desafio das comunidades em tornar visíveis suas causas e coproduzir inovações sociais em um território fronteiro, onde a democracia muitas vezes se confunde com segurança nacional, relegando sua população à margem dos direitos básicos. Assim, recuperar as cenas públicas e reconhecer o agir coletivo são etapas fundamentais para compreender como emergem ações e práticas políticas transformadoras.

No entanto, a política deve ser compreendida como viver bem juntos no espaço público, construção do coletivo em oposição ao individualismo. Como afirma Castoriadis (1992, p. 145), trata-se de “um projeto de autonomia - atividade coletiva refletida e lúcida visando à instituição global da sociedade como tal. Para dizer em outras palavras, à política concerne tudo o que, na sociedade, é participável e partilhável”.

Por isso, o papel do Estado deve ser o de organizador da vida pública, protegendo o interesse comum, e não o de minorias privilegiadas. Cabe ao Estado garantir as bases da democracia, assegurando liberdade e mecanismos efetivos de participação, para que as pessoas possam exercer seus direitos políticos e civis. Essa necessidade é ainda mais urgente na América Latina, onde a trajetória democrática tem sido marcada por violência, lutas sociais, instabilidade e golpes políticos.

¹⁶ Isso pode ser verificado em trabalhos específicos produzidos pela equipe do Obisfron. Cf. Santo, Voks (2021b) Mendes (2023), Santo (2023), Voks et al. (2023), Veiga et al. (2024).

Como o Estado não tem garantido um Bem Viver coletivo¹⁷, torna-se essencial adentrar as arenas públicas e examinar de perto as práticas coletivas dos atores sociais. O objetivo é entender como eles resistem à redução de recursos públicos e enfrentam desafios cada vez mais interconectados em seu cotidiano. Dessa forma, é possível identificar se essas ações configuram inovações sociais capazes de gerar mudanças duradoras. Esse é um dos principais propósitos do estudo dos EIS na fronteira Brasil-Bolívia: fortalecer a democracia ao reconhecer e analisar as ações no nível micro, evidenciando como as comunidades encontram soluções, ainda que cada vez mais difíceis e distantes, para enfrentar problemas públicos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em uma revisão metódica da literatura, buscamos apresentar uma proposta de operacionalização do Bem Viver para além das ações estatais, focando na identificação e análise das inovações sociais. Ao explorar as lacunas encontradas, promovemos um diálogo entre o Bem Viver e a inovação social pragmatista, aplicando esse enfoque às pesquisas do Obisfron para repensar formas de vida a partir de uma realidade latino-americana.

A realidade social, palco das categorias aqui trabalhadas, e o ser humano, ao mesmo tempo produto e produtor dessas categorias, são instâncias complexas, resultantes da interação de múltiplos fatores e elementos que extrapolam o domínio de uma única ciência. Religar os múltiplos conhecimentos e campos científicos, dialogar com diferentes abordagens que promovam uma interação transformadora entre ciência e sociedade e romper com os isolamentos disciplinares: eis a contribuição da complexidade para pensarmos a articulação do Bem Viver à inovação social.

Nas sociedades latino-americanas, é urgente adotar uma perspectiva decolonial que escape da busca incessante pela modernidade e da recente e recorrente ênfase na resiliência. Esse olhar permite não apenas analisar problemas e políticas públicas a partir das peculiaridades decorrentes das

¹⁷ Vide aumento da pobreza (209 milhões de pessoas) e da extrema pobreza (22 milhões de pessoas), que, segundo o ONU (2021), alcançaram em 2020 níveis que não foram observados nos últimos 12 e 20 anos. Cf. <https://bit.ly/2Ymd3nd>

intrusões coloniais, mas também transformar a atividade política em prática coletiva e autônoma voltada para o bem comum.

Diante do panorama traçado e dos trabalhos do Obisfron, reforçamos que a inovação social emerge dos EIS, fruto da articulação de múltiplos atores que desenvolvem ações criativas para visibilizar e enfrentar problemas públicos. Recuperar essa trajetória, conforme a abordagem das inovações sociais pragmatistas, é urgente para desenvolver políticas públicas mais inclusivas e eficazes, rompendo com estruturas de poder injustas que ainda dominam Abya Yala.

Para isso, é necessário abandonar a crença de que os EIS estão concentrados apenas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil (Silveira, et al., 2022) e que há poucas iniciativas estruturadas para estudá-los. Reforçar esse discurso perpetua a colonialidade dentro do próprio território! Assim, esse artigo também contribui para a disseminação da metodologia desenvolvida pela equipe do Observatório de Inovação Social de Florianópolis, que tem impulsionado tanto a transformação social na região em que atua quanto a construção de uma abordagem própria de inovação social. Essa metodologia, base dos trabalhos do Obisfron, pode ser replicada em outros territórios, pois o estudo da inovação social está vinculado à inscrição territorial, e não a um polo provedor específico. Esse é um dos caminhos que este trabalho encoraja.

No caso do Obisfron, analisar as inovações sociais sob a ótica do Bem Viver (Quadro 3) se mostrou mais pertinente por estar situado em um território fronteiriço e precarizado, além de defender a urgência de uma abordagem decolonial para os estudos da inovação social e da gestão. No entanto, isso exige abandonar utopias e projetos que se fixam no plano do devir, uma vez que as múltiplas crises que assolam a sociedade global colocam em xeque o futuro da humanidade.

O diálogo aqui proposto, se adequadamente explorado, permite operacionalizar o Bem Viver e aproximá-lo da inovação social nas realidades latino-, tornando essa abordagem mais adequada às experiências e às vivências dos atores sociais precarizados. Além disso, possibilita refletir sobre

Santo et al. *Cultivando o Bem Viver através da Inovação Social: a experiência do Observatório de Inovação Social da Fronteira*

as peculiaridades dos imaginários sociais forjados a partir dos processos coloniais, promovendo um necessário movimento de decolonização.

Por fim, reforçamos que esta não é uma proposta a ser replicada como modelo fixo, mas sim uma abordagem que prioriza a identificação das práticas dos atores e suas interconexões (EIS). Trata-se de uma possível resposta às lacunas identificadas, mas reconhecemos que outros caminhos são possíveis. Assim, encorajamos que outras pesquisas sobre EIS e diálogos entre Bem Viver e inovação social sejam realizadas, especialmente no que diz respeito às práticas de grupos específicos e à interface entre organizações comunitárias e a esfera institucional, para responder a possíveis questões suscitadas por este estudo.

REFERÊNCIAS

Acosta, A. (2016). *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Elefante.

Andion, C., Ronconi, L., Moraes, R., Gonsalves, A. & Serafim, L. (2017). Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. *Revista de Administração Pública*, 51(3), 369-387.

Andion, C., Alperstedt, G. & Graeff, J. (2020). Ecosistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis. *Revista de Administração Pública*, 54(1), 181-200.

Andion, C. (2023). Social innovation, experimentalism and public governance: an ethnographical approach to study public arenas in the city. *Brazilian Administration Review*, 20(2), e220124

Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 1(11), 89-117.

Bignetti, L. P. (2011). As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, 47(1), 3-14.

Cajaiba-Santana, G. (2014). Social innovation: moving the field forward. A conceptual framework. *Technological Forecasting and Social Change*, 82(1), 42-51.

Castoriadis, C. (1992). *As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Santo et al. *Cultivando o Bem Viver através da Inovação Social: a experiência do Observatório de Inovação Social da Fronteira*

Cefaï, D. (2007). *Pourquoi se mobilise-t-on? théories de l'action collective*. Paris: Mauss.

Cefaï, D. (2017). Públicos, problemas públicos e arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo. (Parte I) *Novos Estudos Cebrap*. 36(1), 87-213.

Dewey, J. (1927). *The public and its problems*. Chicago: Swallow Press.

Domanski, D., Howaldt, J., Villalobos, P. & Huenchuleo C. (2015). *Social innovation in Latin America: the Chilean case*. Santiago: Ceplan.

Dussel, E. (1993). *1492, o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. São Paulo: Vozes.

Dussel, E. (2012). *Buen Vivir*. Recuperado de: <https://bit.ly/3g1csxn>

European Commission. (2014). *Building the social innovation ecosystem. A deliverable of the project: "The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe"* (Tepsie) (7th Framework Programme). Brussels, Belgium: Author. Recuperado de: <https://x.gd/idqQa>

Fontan, J-M. & Klein, J-L. (2020). Le Buen Vivir: une nouvelle scène territoriale pour la transformation sociétale? In. Maïte, J. (Org.). *Du social business à l'économie solidaire: critique de l'innovation sociale* (pp.217-232). Québec: Érès.

Fulgencio, H. & Le Fever, H. (2016). What is the social innovation system? a state-of-the-art review. *International Journal Business Innovation and Research*, 10(2/3), p.1-15.

Gonsalves, A. & Andion, C. (2019). Ação pública e inovação social: uma análise do Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente de Florianópolis. *Organizações & Sociedade*, 26(2), 221-248.

Howaldt, J., Butzin, A., Domanski, D. & Kaletka, C. (2014) *Theoretical approaches to social innovation: a critical literature review*. Dortmund: SI-Drive.

Howaldt, J., Kaletka, C., Schröder, A., & Zirngiebl, M. (Eds.). (2019). *Atlas of Social Innovation – A world of new practices* (2nd vol). European School of Social Innovation.

Jacques, F. S. (2020). O “buen vivir” e a construção de uma nova sociedade. *Novos Cadernos NAEA*, 23(3), 105-119.

Lascoumes, P. & Le Galès, P. (2012). *Sociologia da ação pública*. Maceió: Edufal.

Lévesque, B. (2016). Économie sociale et solidaire et entrepreneur social: vers quels nouveaux écosystèmes? *Revue Interventions Économiques*. 54(1), 1-45.

Santo et al. *Cultivando o Bem Viver através da Inovação Social: a experiência do Observatório de Inovação Social da Fronteira*

Maia, F. & Farias, M. (2020). Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. *Interações*, 21(3), 577-596.

Mcphearson, T., Andersson, E., Elmqvist, T. & Frantzeskak, N. (2014). Resilience of and through urban ecosystem services. *Ecosystem Services*, 12(1), 152-156.

Mendes, L. M. B. E. (2023). *Arena pública de mulheres: um estudo a partir do Observatório de Inovação Social da Fronteira Brasil-Bolívia*. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal.

Morin, E. (2011a). *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina.

Morin, E. (2011b). *Por um pensamento do Sul*. Recuperado de: <https://bit.ly/3xKjhJC>

Morin, E. & Kern, A. B. (2000). *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina.

Moulaert, F. & Sekia, F. (2003). Territorial innovation models: a critical survey. *Regional Studies*, 37(3), 289-302.

Observatório de Inovação Social de Florianópolis. (2024). Recuperado de: <https://observafloripa.com.br/>

Observatório de Inovação Social da Fronteira. (2024). Recuperado de: <https://obisfron.com.br/>

Organização das Nações Unidas (2023). *17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*. Recuperado de: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Pel, B., Dorland, J., Wittmayer, J. & Jorgensen, M. S. (2018). Unpacking the Social Innovation Ecosystem: a typology of empowering network constellation. *10th International Social Innovation Research Conference*, 1-33.

Quijano, A. (2020). Des/colonialidad y Bien Vivir: un nuevo debate en América Latina. In: Quijano, A. (Org.) *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. (pp. 937-950). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso; Lima: Universidad Mayor de San Marcos.

Santo, A. L. E. (2023). *No rural tem inovação social! A trajetória dos processos de mobilização e resistência do assentamento rural Taquaral (Corumbá/MS)*. Campo Grande: Life Editora.

Santo, A. L. E. & Voks, D. (2021a). Repensando os estudos fronteiriços: participação e inovação social no desenvolvimento das zonas de fronteiras. *Organizações & Sociedade*. 28(, 99, 862-889.

Santo et al. *Cultivando o Bem Viver através da Inovação Social: a experiência do Observatório de Inovação Social da Fronteira*

Santo, A. L. E. & Voks, D. (2021b). Configuração de uma experiência pública: o caso das feiras na fronteira Brasil-Bolívia. *Análise Social*, 14(4), 668-691.

Silva, V. V., Santo, A. L. E. & Voks, D. Tecendo diálogos entre Bem Viver e Inovação Social. 1ª ed. Corumbá: NEISF, OBISFRON, 2023.

Silva, S. & Franzato, C. (2018). *O desenvolvimento de inovações sociais para a produção de respostas resilientes aos desafios sociais. 2018*. Recuperado de: <https://bit.ly/3xPi0TO>

Silva, K. & Guedes, A. L. (2017). Buen Vivir Andino: Resistência e/ou alternativa ao modelo hegemônico de desenvolvimento. *Cadernos Ebape.BR*, 14(3), 682-693.

Silveira, F. F., Andrade, A. C. & Carnelóz, T. F. S. P. Mapeamento do Ecosistema de Inovação Social e Configuração dos Atores do Setor de Agricultura Urbana da Região do ABC Paulista. *XLVI Encontro da Anpad - EnAnpad 2022*

Solón, P. (2019). *Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. São Paulo: Elefante.

Taboada, Nina G., Legal, Eduardo J., & Machado, Nivaldo. (2006). Resiliência: em busca de um conceito. *Journal of Human Growth and Development*, 16(3), 104-113.

Terstriep, J., Rehfeld, D. & Kleverbeck, M. (2020). Favourable social innovation ecosystem(s)? an explorative approach. *European Planning Studies*, 28(5), 881-905.

Voks, D., Cunha, G. & Cuellar, L. (2023). *Corumbá e o Banho de São João: história e cultura*. Florianópolis: Imaginar o Brasil.

Silva, V. V. et al. (2024). *Fronteira no feminino: arena pública de mulheres nas cidades de Corumbá e Ladário (MS)*. Corumbá: CPAN/UFMS, 2024.